

---

**Um vírus de duas guerras:  
quebras do mito da objetividade jornalística na pauta da mídia independente sobre  
Covid-19 e violência contra a mulher**

Sônia Maria dos Santos CARVALHO <sup>1</sup>  
Vitória Sousa PILAR <sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI

## RESUMO

Este artigo focaliza parte da série de reportagens *Um vírus e duas guerras*, tendo como recorte as publicações eletrônicas de março a abril de 2020 realizadas pelas agências de mídia independente brasileiras *Eco Nordeste* e *Amazônia Real*. Analisando o produto jornalístico que pautou a violência doméstica contra a mulher durante a pandemia do coronavírus (2020-2022), empreende-se crítica às narrativas, identificando as quebras da mítica objetividade jornalística e a valorização dos processos de intersubjetividade presentes nos processos comunicacionais. A pesquisa identificou os conflitos presentes nas publicações. Nortearam a investigação o paradigma construtivista, com o suporte da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2001) e a percepção de comunicação de Schutz conforme Correia (2005). Outro suporte foi a crítica às mídias na contemporaneidade por Thompson (2002), Castells (2015), Jenkins (2006), Harvey (1992) e Santos (2020). A pergunta norteadora foi: como estas agências da mídia independente empreenderam quebras à ideia corrente da objetividade jornalística? Concluiu-se, pela análise crítica das narrativas, que as opções tomadas na construção do que consideraram notícia relevante legitimaram estas mídias. Ao buscarem formas diferentes de noticiar, deram relevo às diferenças em relação ao jornalismo tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; mídia independente; objetividade; covid 19; violência.

## INTRODUÇÃO

Na movência que marca as investigações no campo jornalístico e as reconfigurações socioculturais e tecnológicas que impactaram a paisagem midiática desde a segunda metade do Século XX, tornou-se realidade a problematização das iniciativas de mídia independente no Brasil.

Sob perspectivas diversas, focadas na relatividade dos conceitos de independência e autonomia jornalísticas (Assis, Casamão, Silva, Christofolletti, 2017), na compreensão das relações de comunicação e dos novos arranjos midiáticos decorrentes dos processos e rotinas produtivas em que se estruturam (Figaro, 2018) ou nos questionamentos acerca

---

<sup>1</sup> Aluna especial do Doutorado em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e professora efetiva do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (SANA)/PI. E-mail: soniamaria@cceca.uespi.br; sonia.mariac@ufpe.br.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email: vitoriaxh@hotmail.com

da produção de permanências ou distanciamentos em relação ao jornalismo tradicional – o chamado mainstream media (Capobianco, Kunsch, 2019) - estes estudos demonstram como a mídia independente tem sido posta em análise, recebendo atenção no cenário acadêmico brasileiro. No caso do estudo que se segue, chama a atenção as quebras existentes nas marcas redacionais que, durante todo o último quarto do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, propalou-se como procedimento inquestionável e inerente à prática jornalística: a objetividade (Rocha, 2017).

É nesta possibilidade aberta que o presente artigo se coloca com o objetivo de compreender parte da mídia independente brasileira ao focar narrativas jornalísticas construídas por duas agências de mídia independente, a *Eco Nordeste* e *Amazônia Real* no ano de 2020, que resultaram na publicação da série de reportagens *Um vírus e duas guerras*.

A observação pormenorizada das publicações, com fotos, vídeos, infográficos e textos permitiu constatar a característica narrativa da informação jornalística, considerando que “a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as crenças, valores) em relatos” (Motta, 2007, pag.143). Assim, ao construírem informações sobre violência doméstica, é possível identificar uma produção de significados que demonstram, ao menos parcialmente, como as agências estudadas promoveram sentidos aos seus atos na cena comunicacional.

Neste aspecto, vale citar a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2001). Para o pesquisador alemão, o poder e a força comunicacional estão nas argumentações dos envolvidos, e não na força bruta outro recurso. É o que chamou de Teoria Consensual da Verdade, quando esta última é tomada como promessa de um consenso racional sobre o que se diz. Isto se dá porque somos seres de razão e de transcendência, mas uma razão impregnada na e pela linguagem. Transcendendo, podemos construir conhecimento, novos espaços de manobras, inclusive dentro do jornalismo, e elaborar respostas à realidades construídas que não nos representam ou, mais que isso, nos põem em situações de uma desigualdade desumanizante e desumanizada. A Ação Comunicativa é aquela extrapoladora do aspecto puramente comportamental ou automatizado e que, como ação, é impregnada de sentido, de intencionalidade e que se rege na medida de um significado intersubjetivo e reconhecido e partilhado.

---

Dito isto, a questão principal feita às narrativas jornalísticas produzidas pelas agências foi como foram identificados os conflitos? A indagação orientara-se pelo procedimento metodológico da análise pragmática da narrativa jornalística (Motta, 2007, p.149-161), correspondendo ao que se estabelece como 2º movimento do pesquisador para a compreensão de camadas significativas do objeto empírico; selecionado pelo critério de atendimento aos questionamentos em relação. Estes percursos questionadores auxiliaram na busca de respostas à pergunta norteadora: como estas agências da mídia independente empreenderam quebras à ideia corrente da objetividade jornalística? Para o alcance do objetivo colocado optou-se pela compreensão da emergência e amplitude de atuação das iniciativas de mídia independente nos contextos histórico, social e tecnológico oriundos dos estudos de comunicação modernidade. O paradigma construtivista trouxe o suporte para a compreensão das produções jornalísticas dentro da perspectiva de que as notícias parte de como nós as percebemos e elaboramos. Isto importa ao reconhecimento de toda produção jornalística não é o fato em si. A dimensão do jornalismo é parte daquilo que percebemos, interpretamos, classificamos, entendemos e noticiamos. (Rocha, 2007).

Contribuições teóricas em meados do século XX, mesmo controversas, são pertinentes ao trazerem ao campo midiático conceitos e hipóteses sobre um conjunto de práticas e experiências socioculturais que propõem percepções de mundo calcadas na quebra das explicações totalizantes ou globalizantes (Harvey, 1992) das verdades absolutas e dos pensamentos padronizados. Considerando como decisivos os papéis dos dispositivos tecnológicos de informação e comunicação na dinâmica e configuração das relações de poder (Castells, 2015), ao permitirem convergências de aparelhos e mentes nas interações sociais (Jenkins, 2006), estes estudos vem se somar às percepções anteriores de Thompson (2002), segundo a quais a ubiquidade/onipresença dos meios de comunicação seriam indicadoras de novos intercâmbios sociais com reivindicações de uma recepção negociada, ativa e à procura de novos espaços de atuação na modernidade.

Além das reconfigurações permanentes de cenários de atuação das iniciativas de mídia independente, a série de reportagem Um vírus e duas guerras veio à publicação em meio aos desdobramentos sociais provocados pela pandemia de Covid-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março de 2020, sendo os principais: o isolamento e/ou distanciamento social e medidas de higiene pessoal. Assim, a pandemia

tornou-se contexto e personagem jornalístico e o artigo percebe esta dupla condição pelas reflexões de Santos (2020).

Como forma de estruturação este artigo trará inicialmente reflexões acerca das configurações da mídia independente no Brasil, contextualizando-a na paisagem midiática contemporânea e relacionando-as aos conceitos de independência, objetividade, poder e convergência. Em seguida serão apresentados um breve histórico das agências, caracterizando-as dentro do contexto mais amplo do projeto colaborativo *Um vírus e duas guerras* e os procedimentos metodológicos tomados para a compreensão do problema. Antes das considerações finais, será apresentada a análise que os recursos qualitativos permitiram à compreensão das narrativas jornalísticas construídas.

## **PAISAGEM MIDIÁTICA, PODER E INDEPENDÊNCIA**

Reconfigurações socioculturais, políticas e tecnológicas são comuns na história do jornalismo. No século XX, aconteceram mudanças como a industrialização e expansão da imprensa, a emergência da concepção de informação como produto central a ser entregue pelo jornalista - identificado socialmente pelo saber especializado de produzir notícias - e a definição de ao menos dois polos dominantes no jornalismo (Traquina, 2007 p.131): um econômico, significado na comercialização da imprensa e das notícias como mercadoria e outro ideológico com a identificação do fazer jornalístico como elemento fundamental para a democracia, sendo as notícias divulgadas a todos parte da matriz de exercício dos direitos do cidadão. (Traquina, 2007 p.131).

Entre o século XX e XXI, estas modificações ganharam novos contornos que impactaram mais profundamente as práticas jornalísticas da contemporaneidade. Como falar de objetividade jornalística, nos moldes da defesa de uma possibilidade de isenção total do jornalista em relação ao seu fazer? Esta problemática que há anos se debate nos cursos de jornalismo brasileiros ainda é encontrada em propagandas de programas jornalísticos da mídia tradicional. Por eles, o melhor, ou mais, o autêntico jornalismo, seria o que traz a verdade absoluta, prescrua o caos acontecimental (destaque da autora) da contemporaneidade e o organiza para uma população ávida por nada além da verdade. O jornalismo verdadeiro seria o que separa fato de notícia, o que insere aspas nas falas das fontes. Debates e argumentações que tragam ou amplifiquem as vozes, numa prática de reconhecimento das intersubjetividades não teriam reverberação neste conceito de

---

objetividade jornalística. Por trabalharem nesta contramão, considerada mais fértil ao debate público, este artigo voltou-se à produção da mídia independente.

Além dos contornos já citados, há ainda mudanças nos posicionamentos econômicos, que alteraram a destinação ou aplicação de verbas publicitárias e refletiram em fragilidades dos modelos de negócios que baseavam empresas de mídia e empregavam jornalistas. Em “poucos anos observamos à ruína de algumas certezas jornalísticas – como a de que só profissionais poderiam produzir informações” (Assis, Casamão, Silva, Christofoletti, 2017, p. 5).

Estas razões interconectadas influíram em modos variados de colaboração com públicos e na forma de ser público. Assim, enterraram o modelo clássico de produção jornalística baseado nos esquemas triádicos de audiência-produção-distribuição de notícias, de objetividade e espelhamento do real, como se os indivíduos permanecessem em relações inalteradas. “Usar meios de comunicação e dispositivos tecnológicos nas últimas três décadas culminou na criação de novas formas de ação e de interação social”, com conexões diferentes entre indivíduos com os outros e consigo mesmo (Thompson, 2002, p.13).

As instituições de mídia modernas e pós-modernas, constituem-se imbrincadas em outros contextos interdependentes, sejam econômicos e culturais, e são afetadas pelas transformações no campo social, que enfatizam as diferenças e as alteridades próprias dos lugares (Harvey, 1992). Significa abertura de caminho, de modo individualizado ou coletivo, ao reconhecimento de novas possibilidades de consumo, expressão e interação afetando os modos de fazer jornalismo.

Atores sociais não satisfeitos em permanecer apenas como audiência, jornalistas em desconforto com modelos de organização empresarial das mídias ou sem identificação com linhas editoriais, a abertura de caminhos para novas formas de engajamento e colaboração, além das sucessivas crises que afetaram o setor jornalístico ajudam a entender, ao menos em parte, a conjuntura de emergência do que aqui se denomina de uma nova paisagem midiática.

Entre 2012 e 2015 foi oficializado o fechamento de pelo menos 1084 postos de trabalho para jornalistas em 50 redações brasileiras, incluindo as consideradas principais empresas de comunicação. A motivação das demissões para a maioria foi o corte de custos. (Ramos; Spinelli, 2015, p. 115).

---

Pelo viés tecnológico, dados da 31ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação, da Fundação Getúlio Vargas (2020), apontaram a existência de 424 milhões de dispositivos digitais em uso no Brasil, entre computadores, tablets, notebooks e smartphones, 234 milhões de smartphones e ao menos 342 milhões de dispositivos portáteis – o que gera uma média de 1,6 aparelho portátil por habitante no país.

As práticas nesta modalidade de comunicação interpessoal e massiva, impulsionadas pela força das plataformas online de mídia social digital colaboraram na constituição de uma cultura de convergência, que se alinha menos à sofisticação tecnológica dos aparelhos e mais ao que ocorre dentro dos cérebros dos consumidores individuais e em suas interações sociais com os outros. Cada um de nós constrói a nossa própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. (Jenkins, 2006, pág.231).

Os atores sociais tem abraçado as possibilidades de reposicionamento de suas vozes, individual ou coletivamente, constituindo novos cenários de disputas pelo poder, entendidos na perspectiva de Castells (2015. p. 57) como o mais fundamental na sociedade, uma vez que terminam por constituí-la ao estabelecer valores e institucionalizá-los.

Percebendo a comunicação como um poder constitutivo das dinâmicas sociais, redescobre-se a possibilidade de lidar com as assimetrias das relações de poder existentes até então, questionando a dominância de valores fixos através da crença de que os desníveis entre antigos donos do poder comunicativo e seus dominados não são, afinal, imutáveis. É possível reconfigurar hierarquias de poder através de frentes de atuação diversas, como acesso instruído aos instrumentais de tecnologia da informação bem como a utilização de estratégicas práticas comunicacionais para o alcance das finalidades desejadas. As relações de poder, estejam sob a dominância do Estado ou da mídia tradicional, podem, portanto, ser alteradas por atores sociais com metas de mudanças significativas e que se mobilizam para o enfrentamento das normas institucionalizadas ou regras rígidas. *Smartphones* ou dispositivos digitais portáteis seriam vetores de empoderamento pelas possibilidades múltiplas de articulação das redes de comunicação para contestação de poderes constituídos (Castells, 2015, p. 21).

---

Esta perspectiva teórica de empoderamento vem ao encontro das iniciativas de mídias independentes no Brasil, com expansão em crescimento numérico nos últimos cinco anos. Até setembro de 2020 o levantamento realizado pela Agência Pública, denominado Mapa do Jornalismo Independente apontou a existência de 215 iniciativas de mídia independente entre as quais estão catalogados projetos de crítica cultural, startups de notícias, coletivos de blogs, sites, agências de checagem de fatos, coletivos de comunicadores e revistas de temáticas com pautas e linhas editoriais diversas. Em 2017 o levantamento identificou 70 veículos (Assis, Casamão, Silva, Christofoleti, 2017, p. 12) com maior concentração deles na região sudeste do país. Desde o início do mapeamento a Agência Pública estabeleceu como critérios de seleção para o levantamento interativo - advindo de pesquisa própria e da contribuição de colaboradores - o registro somente de mídias independentes nato digitais, primordialmente voltadas à produção de conteúdos jornalísticos e oriundas de projetos coletivos obrigatoriamente não ligados a grupos midiáticos, empresariais ou políticos.

O distanciamento em relação às características de financiamento e estruturação das empresas do chamado jornalismo tradicional, ou *mainstream media*, cuja base de sustentação econômica advém de verbas publicitárias/anunciantes, está no primeiro plano de posicionamento das iniciativas de mídia independente. Em planos mais profundos percebe-se a relação dialética da independência jornalística, como algo construído em relação a um outro, identificado como o jornalismo tradicionalmente moldado na história de uma sociedade urbana e industrial, que vendia notícia como produtos em série a uma massa mais ou menos homogênea e leitores, ouvintes ou telespectadores. (Traquina, 2007, pag. 131). Esta *mainstream media* seria marcada ainda tanto pela sucessiva cadeia de pressões impostas ainda pelos empresários, diretores e jornalistas que exercem posições diferentes nas redações, quanto pelas contradições emanadas do próprio ethos jornalístico, significadas na prática pelo trabalho focado na independência, mas que necessitaria atender às necessidades financeiras de subsistência como negócio.

Para uma compreensão do objeto de pesquisa, este artigo propõe cautela no entendimento do conceito de independência considerando que se trata de termo consonante com a apropriação que as agências fizeram para si, mas que pode apontar para significados diferentes em contextos diversos, ou mesmo ser apropriado em nome de interesses específicos (Assis, Casamão, Silva e Christofoleti, 2017, p6). Há complexidades no termo: por um lado formas tradicionais de jornalismo também

---

apregoam-se independentes, por outro, a desvinculação da sustentabilidade financeira aos anunciantes ou publicidades não excluem outros modos de pressão com os quais os jornalistas das mídias independentes precisam lidar, como as expectativas sociais de seus públicos e a organização da sua cadeia de colaboradores para a entrega de conteúdos que consideram importantes ao alcance dos objetivos propostos de mudança social.

Entendendo independência como não dependência em relação a algo é, portanto, possível refletir como o conceito abarcaria os arranjos de funcionamento de uma iniciativa jornalística. Ou seja, se prega, ou não, a insubmissão a órgãos de controle social ou aos sistemas regulatórios vigentes (Bucci, 2009, p), por exemplo. Para efeitos desta pesquisa considera-se o termo independência uma iniciativa midiática identificada com a autonomia e direito conquistado, por meios tecnológicos e mudanças de posicionamento dos integrantes de uma instituição, no sentido de criar suas próprias regras e administrar seu próprio negócio de mídia (Karppinen e Moe, 2016, p.106). Mídias independentes seriam, portanto, este universo de organizações de mídias nato digitais, compromissadas com temáticas e pautas diversas e baseadas em fontes de sustentabilidades, produtoras de conteúdos colaborativos frutos de arranjos de produção distanciadas das modalidades tradicionais do jornalismo, em busca de mudança social.

Do conjunto de características acima, o aspecto colaborativo da agência estudada no *corpus* desta pesquisa ganha relevo pela dupla condição pela série ter sido produzida durante o período de vigência das regras de isolamento/distanciamento social, por ocasião da pandemia de COVID-19 em todo o país, e por esta última ser contexto e personagem da pauta jornalística voltada a denunciar a situação das mulheres vítimas de violência doméstica.

Pela gravidade da situação sanitária/humanitária, por sua escala mundial e sob a perspectivas de análise das relações desiguais de poder que vieram à tona impactando modelos de negócio, iniciativas públicas ou privadas de comunicação, comportamentos de consumo, modos de gestão do atendimento às demandas de saúde, entre outros, formou-se um contexto marcado pelas “normalidades da exceção e alegorias da pandemia”, conforme Santos (2020, p.).

Neste sentido, novas reconfigurações de trabalho se colocam a todos e surgem os desafios de interpretação das lições e consequências da pandemia para os mais diferenciados grupos sociais. Se em uma primeira camada há a ideia plausível de contrapor a pandemia a um período anterior de normalidade, ou se o foco passou a ser o

caos generalizado pelo medo da morte através do coronavírus, outras camadas de entendimento estão em discussão a respeito de sucessivas crises se desdobrando desde momentos históricos anteriores. As consequências da pandemia não estão recaindo de modo igual a todos os grupos sociais (Santos, 2020).

A série de reportagens *Um vírus e duas guerras* pertence a um recorte jornalístico nas quais outras visões a respeito da pandemia foram publicizadas, neste caso, a situação de mulheres vítimas de violência doméstica que se viram isoladas nos locais das agressões de tipificação legal diversa, em nome da preservação da saúde coletiva.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E BREVE APRESENTAÇÃO DA AGÊNCIA ECO NORDESTE E AMAZÔNIA REAL**

O estudo foi realizado entre os meses de junho de setembro de 2020, no entanto, o material jornalístico fora produzido entre os meses de março e abril de 2020, durante a pandemia de COVID-19, por um coletivo de cinco mídias independentes brasileiras, que se dividiram no intuito de contemplar as mais diferentes realidades das mulheres disposta nas cinco regiões do país: *Portal Catarinas*, *Ponte Jornalismo*, *Projeto #Colabora*, *Agência Eco Nordeste* e *Agência Amazônia Real*. As reportagens foram publicadas em simultâneo nos sítios eletrônicos de todos os projetos.

A seleção das reportagens das duas mídias brasileiras deu-se pelos critérios da representatividade, diversidade e originalidade, apontados por Machado e Palácios (2007), e pelo interesse reforçado na origem e/ou experiências das pesquisadoras com a região Nordeste. A mídia é nato digital, produz conteúdo jornalístico em forma de textos, vídeos, fotografias, áudios em fluxo contínuo e o entrega em plataformas múltiplas, tendo histórico de reconhecimento no meio jornalístico através de premiações e abrangendo temáticas diversificadas, tais como: agroecologia, sustentabilidade no semiárido, cultura, gênero, política, questões e conflitos agrários, turismo, energias alternativas, direitos humanos, gestão de recursos hídricos e meio ambiente.

A agência de conteúdo *Eco Nordeste* lançou seu sítio eletrônico no dia 16 de novembro de 2018 anunciando missão identificada com a produção jornalística independente sobre sustentabilidade, focada no tripé ambiental-social-econômico e na ampliação de visibilidade das questões tipicamente nordestinas, como a convivência com o semiárido e o bioma da caatinga, e diversificadas (como gênero, turismo, direitos humanos), contudo, buscando protagonizar em suas pautas o que denominou de pessoas

que dão rosto aos povos da região. Até setembro de 2020 a viabilidade da agência foi anunciada no portal como oriunda de recursos do Fundo de Auxílio Emergencial ao Jornalismo (JERF), da Google News Initiative, obtidos após concorrência aberta a mais de 12 mil projetos em todo o mundo.

A equipe é composta por dois sócios fundadores, ambos jornalistas graduados, com experiências em mídias tradicionais e com trabalhos jornalísticos reconhecidos em premiações nacionais e regionais. Dez colaboradores localizados no Ceará, Bahia e um na Espanha, todos com graduações em Jornalismo e experiências em diferentes áreas do campo comunicacional, produzem os conteúdos. O aspecto do trabalho colaborativo encontra-se ainda nas parcerias firmadas com nove organizações sem fins lucrativos, agências de informação e movimentos de mobilização social. Seu conteúdo é aberto à livre reprodução, desde que concedido o crédito de autoria e de que seja observada a destinação da republicação, embora não sejam detalhadas as formas de controle deste aspecto.

A agência *Amazônia Real*, por sua vez, nasceu em formato digital no ano de 2013 e foi fundada por duas mulheres em Manaus (AM), ambas formadas em Jornalismo e com experiência anterior em redações de empresas tradicionais do Norte e Sudeste Brasil, rendendo-lhes premiações nacionais e internacionais. A motivação para a fundação da iniciativa de mídia independente estaria, segundo seu conteúdo eletrônico, no descontentamento com a mídia tradicional, na falta de espaço editorial ou na monotemática forma de abordagem jornalística dada às pautas sobre a Amazônia e seus povos. Apresenta-se como diferente da grande imprensa e com independência expressada na negativa de recebimento de recursos de origem pública, de entes envolvidos em crimes ambientais, trabalho escravo ou violação de direitos humanos ou de quaisquer outros que exijam em troca interferência na produção de seus conteúdos jornalísticos. Sua principal fonte de financiamento desde o ano de 2014 são recursos oriundos do Projeto de Acesso à Mídia da Fundação Ford e da associação Repórteres Sem Fronteiras. É aberta a doações de leitores aliados do jornalismo independente e pretende recorrer ao financiamento coletivo. Seu arranjo de funcionamento inclui a cofundadora e editora de conteúdo, editora executiva, editor de fotografia, conselheiros e seis colunistas entre os quais geógrafo, ativista ambiental historiador, educadora social, indígena com graduações e pós-graduações stricto sensu. Trinta colaboradores remunerados por meio de bolsas de reportagem trabalham na produção jornalística nos estados do Amazonas, Acre, Amapá,

---

Maranhão, Mato Grosso, Roraima, Rondônia e Tocantins, produzindo conteúdo para plataformas de vídeo, fotografias e áudios. Com esta equipe, realiza debates, oficinas de jornalismo além das produções jornalísticas sobre a cultura, os povos indígenas, questões agrárias, meio ambiente, política e cultura. A reprodução e compartilhamento destes também é livre e gratuita desde que sejam divulgados os créditos de autoria.

### **ANÁLISES E COMPREENSÕES DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: COMO FORAM IDENTIFICADOS OS CONFLITOS?**

A série de reportagem *Um vírus e duas guerras* consiste em conteúdo colaborativo pautado no monitoramento sobre violência contra a mulher em todas as cinco regiões brasileiras durante a pandemia de Covid-19. Coletando dados sobre feminicídios e violência doméstica junto às secretarias de segurança pública dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, cada iniciativa de mídia independente assumiu a responsabilidade por uma região do país, à exceção da agência *Amazônia Real* (abarcando o zoneamento Norte e Centro-Oeste).

As agências encontraram como obstáculos a falta de dados e recusas acerca do envio de informações precisas sobre feminicídios entre janeiro e abril de 2020 e o mesmo período de 2019, ou consistência nas consistências nas classificações de crimes ligados à violência doméstica, o que acarretou na eliminação da reportagem final os estados de Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraná, Rondônia e Distrito Federal dos textos finais.

As reportagens da Agência *Eco Nordeste* e *Amazônia Real* seguindo o padrão da narrativa trazida pela reportagem de abertura e identificaram os conflitos demonstrando no texto os novos contornos dramáticos da problemática da violência contra as mulheres: em nome da saúde pública e obtenção de um bem maior (a não contaminação pelo contato direto entre pessoas) a permanência no isolamento pela ameaça de morte da Covid-19 tornou a violação de gênero ainda mais particular, privada e escondida, identificando-a a um cárcere privado como que justificado.

O conflito central está no fato de um vírus representar às mulheres duas guerras - uma contra o vírus da covid-19 e outra contra os agressores domésticos - tendo ambas pesos e características diferentes, mas simbolizando igualmente o risco à integridade da vida ou possibilidade real de morte.

---

O conflito narrativo se estende à desconfiança e crítica aos dados e apresentados e às falas postas pelas autoridades públicas tidas como fonte – postura considerada inerente e essencial à profissão do jornalista. No entanto, ao tempo em que expõe os dados fornecidos pelas fontes oficiais e lhes dá importância ao ponto de esmiuçá-los em infográficos para interpretar através deles as realidades vividas naquele momento, também os põe em xeque. Isso ocorre quando as narrativas apontam a incapacidade de compreensão mais fiel da realidade, uma vez que o isolamento social dificultou a oficialização de denúncias junto aos órgãos de poder que por fim geram as estatísticas com as quais trabalham as secretarias de segurança pública nos estados.

E os conflitos se complexificam no caso da Agência Eco Nordeste, como na narrativa jornalística da matéria intitulada “No Lockdown, Maranhão registra mais denúncias”, que faz alusão ao período de confinamento social mais severo, ocorrido entre os dias 5 e 17 de maio de 2020. Paralelamente à lógica narrativa que vinha sendo trabalhada, isto teria sido possível, ao menos na região metropolitana da capital São Luís, em decorrência da articulação de entes públicos e sociedade civil organizada para oferecer às mulheres acesso à internet e possibilidades de registros de agressões e pedidos de ajuda através dispositivos móveis.

Outra forma de identificação dos conflitos se faz nas narrativas através das publicização das opiniões de fontes ligadas a mecanismos estaduais de proteção aos direitos das mulheres, à organizações não governamentais e ou núcleos de pesquisas dos institutos ou universidades federais/estaduais, que contrapõe situações e realidades das diferentes regiões. Configuram os pontos conflituosos pondo lado a lado contextos nos quais as mobilizações por políticas de proteção têm funcionado ou fracassado, como no caso das matérias intituladas Campanha destaca funcionamento dos serviços no Piauí, e No Ceará, apenas um homem tirou a vida de três mulheres em abril.

No trabalho específico da agência *Amazônia Real* é importante pontuar uma forte inquietação expressada na dificuldade de acesso à denúncia por parte da vítima e na falta de precisão a respeito dos dados das mulheres violentadas. Desde os títulos das reportagens, principalmente nas matérias sobre o Pará e o Acre, marcando os dados do crescimento das agressões domésticas e feminicídio até dentro do texto, essas informações ganham falas e nomes fictícios, que transpõem por meio das suas vivências a angústia de estar em duas guerras. Não obstante, o conflito também é exposto por meio das falas de autoridades, que se identificam como servidoras de órgãos públicos ligado à

segurança, advogadas e ativistas feministas, que traduzem a realidade da violência vividas por cada estados e questionam a transparência dos dados. Esse recurso é bastante notável na reportagem sobre o estado da Amazônia, que tem como chamada a fala de uma ativista e é composta pelo depoimento de diversas vítimas amazonenses.

Ainda assim, os conflitos expostos nas reportagens nortistas não se centralizam apenas no crescimento evidente dos casos de violência doméstica no estado, mas também sustentam sob a incerteza em relação à precisão dos números oficiais, apontando a subnotificação dos casos de agressões como um fenômeno que ultrapassa as realidades dos estados citados e também se torna um problema nacional.

Na matéria intitulada “No Pará crime de feminicídio aumentou 100% na pandemia”, três passagens das matérias pontuam que o mau preparo da Polícia Militar em recepcionar às vítimas de violência durante a realização dos boletins de ocorrência, a lentidão dos tribunais de justiça em disponibilizar medidas protetivas às vítimas, como também o não encaminhamento do agressor ao sistema penitenciário, já eram problemas anteriores à pandemia, mas que se potencializaram no primeiro quadrimestre de 2020. Nesta última problemática, a superlotação dos Institutos de Medicina Legal (IML) do Pará em razão das mortes de Covid-19 foram os argumentos utilizados para justificar à demora na realização dos exames de corpo delito, utilizados como prova para incriminar os agressores. Assim, sem os documentos que comprovavam a violência, o agressor foi posto em liberdade, apresentando risco eminente à vítima.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo realizado podemos concluir que a mídia independente abordada no recorte temporal e editorial buscou cumprir sua postura jornalística diferenciada em relação à grande imprensa tradicional: pela efetuação de um trabalho colaborativo debruçado em pauta de aguda importância social e que não havia sido reverberada mais profundamente no resto da mídia até o momento; pelo investimento em uma metodologia própria de busca ativa de dados e de depoimentos mulheres agredidas em todo o território nacional com o fim de representar uma realidade de abrangência nacional.

As reportagens das agências *Eco Nordeste* e *Amazônia Real* identificaram os conflitos demonstrando nas narrativas os novos contornos dramáticos da problemática da violência contra as mulheres, nos quais a pandemia tornou-se a protagonista pondo a

violação de gênero em âmbito mais particular, privado e escondido, identificando-a a um cárcere privado como que justificado em nome do bem maior que seria a saúde pública.

Há contradições: desconfia-se dos dados e apresentados pelas autoridades públicas, no entanto, são tratados como janelas para ver as realidades vividas naquele momento. Porém, há quebras no entendimento padrão da objetividade jornalística por todas as matérias estudadas. Estas marcas estão no leito redacional de onde esta análise traz à crítica a crença que a produtoras de mídia expuseram estas fraturas na multiplicidade de vozes e na intersubjetividade surgem tanto na exposição pública de problemas sociais agudos, como a violência contra a mulher presa domesticamente ao seu alçó, quanto na necessidade de fazer um jornalismo onde o jornalista não esteja apartado do mundo.

Para Suchtz conforme Correia (2005, p.16), comunicação é constituição de significados comuns onde podemos ser mutuamente compreendidos conforme expectativas e ideias partilhadas sobre a realidade. Ou seja, nossa natureza humana é o campo privilegiado da intersubjetividade, onde todas e todos somos o que podemos ser, em transformação.

As narrativas das mulheres ouvidas, com suas falas postas em declaração em primeira pessoa, entrelaçaram as trajetórias de modo mostrar que num cenário nacional diverso há pontos de identificação nas dores das agressões, nas buscas por ajuda e nas dificuldades de encontrar assistência pública para obtenção de segurança e apoio na retomada da vida. Ao fazerem isto, as próprias agências demonstram sua participação e comprometimento social nas duas guerras denunciadas.

## REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL, Agência. **Um vírus e duas guerras**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/category/um-virus-e-duas-guerras/>.

ASSIS, Evandro; CASAMÃO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; CHRISTOFOLETI, Rogério. **Autonomia, ativismo e colaboração**: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. Revista Pauta Geral. Estudos em Jornalismo. Vol. 4, n 1, p.3-20, jan/jun 2017.

BUCCI, Eugenio. **A imprensa e o dever de liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGS. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. 1º ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015. 629.

CAPOBIANCO, Janaina; KÜNSCH, Dimas A. **Mídias Digitais Independentes: Percursos Metodológicos de uma Pesquisa.** Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0733-1.pdf>.

CORREIA, João Carlos Correia. *A Teoria da comunicação de Alfred Schutz.* Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

ECO NORDESTE, Agência. **Um vírus e duas guerras.** Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/categoria/mulheres/um-virus-e-duas-guerras/>.

FIGARO, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: ECA-USP, 2018.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la Accioón comunicativa: complementos y estúdios previos.* Madri: Ediciones Cátedra, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais.** São Paulo: Loyola, 1992.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **Pesquisa Anual do Uso de TI nas empresas.** 31ª edição. Fundação Getúlio Vargas. Junho de 2020. Disponível em: [:https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia2020pesti-resultados\\_0.pdf](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia2020pesti-resultados_0.pdf)

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2009.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 p.199-222.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Liliane; FERREIRA, Soraya. **Jornalismo Independente No Brasil: Mídia Independente X Mídia Tradicional.** Artigo apresentado ao Eixo Temático: Jornalismo/ Jornalismo Independente / Mídia Livre do IX Simpósio Nacional da ABCiber. PUC-SP, 8,9 e 10 DEZ. 2016.

RAMOS, Daniela; SPINELLI, Egle Muller. **Iniciativas do Jornalismo Independente no Brasil e Argentina.** Imprensa Extra (USP). Ano IX - nº 17 | Julho -dezembro 2015. Pag 114-123.

ROCHA, Heitor Costa Lima. Verdade e rigor no Jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia. *Revistas Estudos em Comunicação.* N° 2, p. 171-178. Dezembro de 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus.* Edições Almedina. Coimbra: 2020.

PÚBLICA, Agência. **Mapa da Mídia Independente do Brasil.** Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos>.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.